

A europeização das políticas educativas: a nova arquitectura e o novo elenco no campo da educação

Está em curso, desde há cerca de três décadas, o desenvolvimento de dois processos interligados quanto ao modo como a educação tem sido considerada no contexto da Comunidade/União Europeia. Por um lado, assistimos à institucionalização e consolidação da educação como área de cooperação e acção e, posteriormente, de intervenção política comunitária; por outro lado, emerge e intensifica-se a construção de entendimentos, orientações e normas de acção comuns para as políticas educativas nacionais dos Estados-membros.

A emergência de múltiplas relações funcionais e de (inter)dependência crescentes entre a elaboração das políticas nacionais e comunitárias e as prioridades e instituições comunitárias evidencia os contornos de um processo crescentemente vincado de europeização da educação no contexto comunitário. Do mesmo modo assistimos, no contexto de instituições comunitárias, à construção e explicitação de um conjunto de entendimentos comuns aos, e orientações para os, Estados-membros tendentes a estabelecer um *referencial global europeu* traduzido por normas de acção comuns que vão influenciar os processos de produção de políticas nacionais e comunitárias (1)

Os últimos anos da década de noventa verificaram os primeiros, e em alguns casos decisivos, passos do que podemos considerar uma nova fase do processo de europeização das políticas educativas e de formação, agora sob o lema de uma cooperação reforçada. Evocaremos, neste momento, o desenvolvimento de três processos que parecem sinalizar a emergência de um novo momento deste percurso: o *processo de Bolonha* (1999), o *processo de Bruges/Copenhaga* (2001); o *Programa de objectivos comuns para 2010* (1999/2000); deter-nos-emos brevemente apenas em dois destes processos. Qualquer deles apresenta traços similares e singularidades que justificam considerá-los como definindo direcções comuns prosseguidas através de vias particulares. O projecto para que se aponta configura uma nova entidade a construir/em construção que integra, mas não se confunde com, os sistemas educativos e de formação e que aparece codificada sob a designação de *espaço europeu* (do conhecimento, de ensino superior, de educação e formação, de aprendizagem ao longo da vida, de investigação e inovação...). É a edificação desta nova entidade, cujos contornos político-institucionais e culturais constituem ainda uma nebulosa, que aparece como horizonte de referência das iniciativas, propostas ou declarações políticas.

O Programa de objectivos comuns para 2010

Se a intervenção política comunitária no campo da educação teve lugar explicitamente desde os anos oitenta através dos *Programas de Acção*, se uma política comunitária naquele domínio adquiriu contornos progressivamente mais nítidos ao longo da década de noventa, deparamo-nos agora com um novo desenvolvimento: trata-se da definição do nível supranacional como *locus* de inscrição formal e explícita das políticas a desenvolver para os sistemas educativos e de formação em que a execução da política é objecto de controlo realizado pelas instâncias que a definem, o Conselho «Educação», a Comissão Europeia, o Conselho Europeu, e baseado em parâmetros e indicadores previamente definidos, regularmente aferidos e publicamente divulgados. No momento em que escrevemos (Dezembro de 2003), um documento de trabalho elaborado pela Comissão faz um balanço intercalar deste *Programa* que assume um tom insatisfeito e crítico, sublinhando a necessidade de esforços e mudanças mais efectivos, por parte dos Estados-membros, em direcção às metas definidas para 2010. Dir-se-ia que as fases anteriores terão representado a gestação do processo de europeização que, agora, ensaia a maturidade

O Processo de Bolonha

Estamos, também neste caso, perante um novo processo político, inovador em termos de método e de objecto; testemunhamos a congregação da vontade política de um amplo leque de Estados europeus (hoje cerca de quatro dezenas) que procuram edificar uma plataforma supranacional no seio da qual elegem solene e publicamente um programa político comum e declaram a sua determinação em promover mudanças convergentes com tal programa. O processo consiste em identificar o que se supõe constituir os nós vitais de actuação que permitirão assentar as alavancas que desencadearão as transformações desejadas; assim, a definição dos sistemas de graus, de créditos e de garantia da qualidade, por um lado, e a intensificação da mobilidade e de programas de estudos integrados, por outro, tendem a apresentar-se como mudanças sem significativo potencial de conflito, transversais aos sistemas nacionais e aparentemente distantes daquela que é a agenda mais controversa e problemática que tem lugar no nível interno dos Estados envolvidos.

As declarações e as propostas dirigem-se, em primeiro lugar, à designada construção do *espaço europeu do ensino*

superior ? evocado em associação com os termos de atratividade, competitividade, mobilidade, compatibilidade, comparabilidade, garantia de qualidade que convergem para desenhar os contornos de uma realidade sobretudo económica muito mais que cultural ? e nessa medida remetem para mudanças, problemas e preocupações relacionadas com a construção de uma entidade de âmbito europeu e para o confronto com as pressões e constrangimentos, também eles descritos com uma forte tonalidade económica, que resultam do posicionamento desta região no contexto mundial. No entanto, as mudanças perseguidas não deixam de estar relacionadas e de ter consequências quanto aos problemas, também eles prementes, dos diversos Estados nacionais face aos seus sistemas de ensino superior, nomeadamente no que toca ao financiamento. Pelo que o *espaço europeu de ensino superior* poderá vir a afastar-se significativamente daquele que parece ser o projecto até ao momento mais ventilado ou constituir-se como um processo sumamente agressivo para as realidades nacionais dos Estados envolvidos.

Os sistemas políticos estão em profunda mutação e a configuração do campo educativo e das políticas que nele se inscrevem são também intensamente marcados por movimentos cujos contornos e alcance se apresentam impregnados de indefinição e incerteza. Na União Europeia/Europa testemunhamos e fazemos parte do que está a mudar a educação: quais são as coordenadas e os actores que contribuem para imprimir força e direcção à realidade que se move? O campo de acção transbordou o horizonte que sabíamos perceber quando a educação era essencialmente nacional; hoje a linha do horizonte fundiu-se numa vertigem em que o continente ou o planeta são a realidade absoluta das nossas vidas e ainda metáforas para o desejo de exclusão que alimenta projectos que vemos já esboçar-se. Estes novos espaços, em que a educação e as políticas que a fazem se inscrevem, são construídos e habitados por protagonistas que podem ser nomeados e *historiados*; são ocupados por presenças omnipresentes e ausências *omniausentes*. Precisamos investigar e integrar a nova arquitectura e a nova composição do elenco que actua no campo da educação.

NOTA:

(1) A análise que identifica o processo de *europeização* e de constituição de um *referencial global europeu* para as políticas (educativas) públicas é inspirada nos trabalhos de Svein S Andersen. & Kjell A. Eliassen. (orgs.) (1993). *Making Policy in Europe: the Europeification of National Policy-making*. Londres: Sage e de Yves Mény; Pierre Muller & Jean-Louis Quermonne (1995) (dirs.). *Politiques Publiques en Europe*. Paris: L'Harmattan, respectivamente.